

A RELAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI COM A COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ

Ana Paula Aparecida Cunha (Mestranda em História Política e Movimento Social – UEM

cunha-aninha@hotmail.com)

Prof. Dr. Reginaldo Benedito Dias(Orientador)

RESUMO

O presente trabalho é parte de um estudo em andamento no curso Mestrado em Política e Movimento Social, abordando a investigação sobre o desmembramento da cidade de Mandaguari, após a mudança do escritório da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná para a cidade de Maringá e o pensamento mandaguariense, ainda recorrente, de que a cidade não teria se desenvolvido satisfatoriamente, como Maringá, por este motivo. A investigação também percorre o imaginário local, a memória coletiva, transmitida de tempos em tempos, já fixa na cidade de que a mesma não se desenvolveu satisfatoriamente devido a este desmembramento. Que houve um momento de prosperidade, uma “bela época” mandaguariense, e esta foi rompida. Nos utilizaremos para tais discussões de autores como Raoul Girardet, Maurice Halbwachs e Jacques Le Goff. A função de unidade dada às ideias (e a memória) é um ponto de suma importância para este trabalho. O objetivo do estudo é apresentar uma alternativa de análise sobre a região, demonstrando as visões e explicações para o processo.

Palavras-chave: Mandaguari, imaginário local, memória.

INTRODUÇÃO

Em 1929, a Companhia de Terras Norte do Paraná dedicava-se a fundação do Patrimônio de Três Bocas. Futura Londrina. Desde o início, segundo a Companhia, a mesma adotou determinadas diretrizes para a colonização. As cidades destinadas a serem núcleos econômicos mais importantes seriam demarcadas de cem em cem quilômetros. Os patrimônios e núcleos comerciais estariam entre estas cidades, e distanciados de dez a 15 quilômetros. Outra medida se deu com relação a estrada de ferro, em 1928 a ligação Ourinhos-Cambará foi completada, e após a compra da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná pela Paraná Plantations, a continuação da estrada se iniciou novamente chegando a Jataí, Londrina, Cambé, Rolândia, Araongas, Apucarana e após, em 1954 a Maringá. Após a compra da Companhia de Terras Norte do Paraná pelo grupo de brasileiros, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná não altera o modelo de colonização inglês, somente as atividades da mesma foram diversificadas.

Mandaguari se situa dentro da região denominada por *Norte Novo*, região onde se destacam as cidades de Londrina, Maringá, Apucarana, Araongas, dentre outras. Segundo a Companhia de Terras, a cidade de Maringá representaria o expoente dos trabalhos da mesma. Claramente o livro do Cinquentenário da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná não dá um papel de destaque para a cidade de



Mandaguari, sendo mencionada ínfimas vezes. Maringá foi Patrimônio de Londrina de 1936 a 1943, Patrimônio de Apucarana de 1943 a 1947 e Distrito de Mandaguari, de 1947 a 1951, pois Mandaguari era Distrito de Apucarana até 1947.

A Companhia Melhoramentos toma a decisão de retirar seu escritório de Mandaguari e mudá-lo para Maringá, gerando assim uma discussão política, que culpabiliza o prefeito Dédio Medeiros Pullin pelo fato. Este é o eixo de nosso projeto. Nosso principal objetivo será investigar a relação do desmembramento da cidade de Mandaguari, após a mudança do escritório da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná para a cidade de Maringá e o pensamento e discursos mandaguarienses e acadêmicos recorrentes sobre o tema.

Da mesma forma, demonstrar como o discurso foi se constituindo, estabelecer um inventário e confronto de memórias, e apresentar uma alternativa de análise sobre a região em estudo, demonstrando as visões e explicações para o processo.

A metodologia adotada será a pesquisa bibliográfica (documental e historiográfica) e envolverá análises nos planos textual e intertextual. A pesquisa também envolverá uma análise comparativa com as Atas da Câmara Municipal de Mandaguari, de 1947 à 1953, com os discursos populacionais e acadêmicos sobre o tema.

A viabilidade desta pesquisa é plena, considerando que as fontes selecionadas para sua execução encontram-se à disposição. A autorização para digitalização das Atas da Câmara já foi alcançada. Demais documentos encontram-se no acervo da Biblioteca Central da Universidade Estadual de Maringá, no Centro de Documentação Histórica de Londrina ou disponíveis na rede mundial de computadores (internet).

A relação da Prefeitura Municipal de Mandaguari com a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná

O livro “*Cinquentenário de Mandaguari: Mandaguari e sua História*”, escrito por duas professoras e moradoras da cidade, Nair Bianchini e Elizabeth Fontes, traz as seguintes palavras: (Pertinente começar lendo este trecho:)

Muitos Mandaguarienses costumam afirmar que foi a atitude do Prefeito Pullin, que fez com que a Companhia saísse de Mandaguari, o que logicamente prejudicou o Município, porém cumpre ressaltar historicamente que o Prefeito fez o que estava ao seu alcance para satisfazer as solicitações da Companhia, como atesta sua mensagem ao Poder Legislativo. Mas não o conseguiu, impedido que foi pelos vereadores, principalmente por aqueles que não residiam em nossa cidade” (BIANCHINI, N. M; FONTES, E. A 1987. pg. 58).

“Realmente a saída do escritório da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná prejudicou o desenvolvimento do Município de Mandaguari (...) (BIANCHINI, N. M; FONTES, E. A 1987. pg. 58).

Nosso principal objetivo será investigar a relação do desmembramento da cidade de Mandaguari, após a mudança do escritório da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná para a cidade de Maringá e o pensamento mandaguariense, ainda recorrente, de que a cidade não teria se desenvolvido satisfatoriamente, como Maringá, por este motivo.



XI SEMINÁRIO DE PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS – SEPECH
Humanidades, Estado e desafios didático-científicos
Londrina, 27 a 29 de julho de 2016

Existem alguns debates importantes como a influência da Companhia na definição do Código Tributário e na eleição de prefeitos e vereadores. A Companhia dirigiu um pedido ao executivo solicitando a isenção de impostos sobre as terras que a mesma possuía na área urbana de Mandaguari. O prefeito Décio então fez uma consulta ao executivo de Apucarana para saber como era tratado o assunto naquela cidade, após deixou a decisão a critério da câmara de vereadores, que foram contra as propostas de conceder privilégios à Companhia Melhoramentos. Observa-se na visão de muitos locais que teria havido uma espécie de “complô” para a saída do escritório da Companhia de Mandaguari:

Convém observar que todos esses vereadores não eram residentes em Mandaguari, daí talvez o interesse em dificultar o progresso do Município, pois era sabido e certo, que a Companhia mesmo através de um escritório, que praticamente representava a sede de Londrina, gerava o progresso, reconhecido por todos” (...) Imediatamente à recusa da Câmara que manifestou-se com a maioria (4 vereadores contra 3), fez com que a Companhia de Terras Norte do Paraná começasse a pensar seriamente em transferir-se de Mandaguari, buscando melhores condições em outras regiões (BIANCHINI, N. M; FONTES, E. A 1987. pg. 58).

O “grande golpe” para Mandaguari, na década de 50, ocorre quando a Companhia Melhoramentos, visando a colonização de Maringá, transfere para a mesma a base de sua infraestrutura que anteriormente pertencia a Mandaguari. Afirma-se que a partir deste momento, há uma queda no movimento comercial mandaguariense, e muitas pessoas deixam a cidade acompanhando a Companhia. Ainda, há especulações que responsabilizam tão somente o progresso maringaense. O fato é que já existiam planos para o lançamento de Maringá, o engenheiro Nivaldo Ferreira Gandra, responsável pelo escritório ainda em Mandaguari, já orientava cálculos sobre o projeto, que se tornam realidade em 1947.

A investigação também percorre o imaginário local, a memória coletiva, transmitida de tempos em tempos, já fixa na cidade de que a mesma não se desenvolveu satisfatoriamente devido a este desmembramento. Que houve um momento de prosperidade, uma “bela época” mandaguariense, e esta foi rompida. Raoul Girardet, no capítulo intitulado “A Idade do Ouro”, em “Mitos e Mitologias Políticas”, nos fala sobre as imagens de um passado que foram tornadas lendas, e sobre uma determinada forma de leitura de história que “seleciona”, *“o mito no sentido mais completo do termo: ao mesmo tempo ficção, sistema de explicação e mensagem mobilizadora”*.

Talvez em busca de uma justificação, ou apenas acalento, volta-se frequentemente há um tempo passado, no caso do projeto pretendido, há um tempo no qual a cidade teria sido próspera. É impreciso o limite entre o que faz parte dos domínios do pesar e do que é esperança, entre o que é apenas nostalgia, e a expectativa de seu retorno, segundo Girardet.

Há o tempo presente que é o de uma degradação, de uma desordem, de uma corrupção das quais importa escapar. Há por outro lado, o “tempo de antes” e que é o de uma grandeza, de uma nobreza ou de uma certa felicidade que nos cabe redescobrir (GIRARDET, R. pg. 105).



O texto de Gustavo Nunes Mourão, “A trajetória do desenvolvimento econômico de Mandaguari – PR: Uma interpretação a partir das teorias de North, Perroux e Myrdal”, que busca estabelecer as causas do processo de desenvolvimento no espaço econômico, afirma que após a elevação a categoria de município, a crescente arrecadação permite ao mesmo uma grande prosperidade, ou seja, quanto mais a população cresce, maior arrecadação de impostos, melhoras na infraestrutura, mais empregos e aumento da mão de obra e maior desenvolvimento.

O mesmo autor afirma que por desentendimentos de razão política entre a prefeitura e a Cia. De Terras, o escritório da mesma muda-se para Maringá e neste mesmo ano Mandaguari perde maior parte de seu território, enquanto Maringá torna-se o 5º mais populoso do estado.

Os efeitos dessa rápida expansão foram sendo irradiados dos centros (e Mandaguari foi um desses centros) (...) A grande influência exercida pela CTNP também é bastante evidente na questão da infraestrutura presente logo no início da ocupação, mas também para a conformação de Mandaguari às dimensões atuais, não só em relação aos limites geográficos (...) mas também economicamente, devido à mudança da sede desta para Maringá (MOURÃO, G. N. pg. 49).

Logo, pode-se perceber a mesma visão no meio acadêmico. Mesmo porque não é uma visão sem fundamento lógico, e não é o objetivo do trabalho estabelecer verdades absolutas, e sim demonstrar e dialogar com os discursos construídos.

Partindo-se do capítulo de Michel Winock, “As ideias políticas”, do livro de René Rémond, “Por uma História Política”. Outros dois livros serão utilizados como referência: “A Memória Coletiva”, de Maurice Halbwaches e Mito e Mitologias Políticas, de Raoul Girardet.

Winock discute inicialmente o lugar das ideias, dando a elas duas explicações: uma otimista, como uma força motriz na marcha das sociedades em direção ao progresso; e uma pessimista, baseada em Marx, onde as ideias seriam apenas o reflexo dos interesses de classe. De toda forma, mesmo Marx teve que considerar a importância e o lugar das ideias na sociedade. A função de unidade dada às ideias (e a memória) é um ponto de suma importância para este trabalho, e pretende-se aprofundá-la no futuro.

O autor questiona-se sobre uma sociedade marcada pelo vazio intelectual, culpa do que o mesmo denomina “*nivelamento por baixo*”, se referindo a mudança de foco dentro dos estudos das ideias, agora não mais único dentro das grandes obras. E ainda questiona se os intelectuais sobreviverão a esta “popularização” das ideias. O critério para ser considerada grande obra: os grandes problemas políticos que balizavam a história. Utilizada como função pedagógica aos jovens que se destinariam a servir o Estado ou assumir funções de direção, ou seja, um manual para quem vai exercer a política.

A França experimentaria uma mudança de interesses por volta de 1980, e para isto dois autores deram importantes contribuições: Louis Girard e André Jardin. Estes introduzem a preocupação de recolocar a análise das grandes obras no contexto móvel de sua época e verificar os efeitos disto.

Com essa noção de “decadência”, tão pouco “científica”, tão carregada de emotividade, tão aproximativa, esbarramos na insuficiência da



história das idéias pelas grandes obras. Essa abordagem despreza, por definição, a expressão corriqueira e banalizada dos temas políticos: os clichês, as idéias prontas, os preconceitos, as crenças coletivas, os mitos, as palavras de ordem, os *slogans*, a herança precariamente formulada das convicções, a própria vulgarização das grandes obras, seja nos manuais escolares, na vulgata das organizações políticas, seja através da Imprensa, das canções, dos congressos e dos banquetes, dos discursos e das moções, dos panfletos, da panóplia dos Símbolos e das Imagens sonoras ou visuais dos novos meios de comunicação de massa ... Em suma, as idéias políticas não são apenas as dos filósofos e dos teóricos, mas também as do homem comum (WINOCK, M. pg. 278).

Esta renovação de pensamento, a valorização das ideias dos homens comuns e em conjunto com estes, a análise e reconhecimento da importância das crenças coletivas e mitos, norteiam nosso projeto de pesquisa. O mesmo buscará fazer um estudo sobre as crenças coletivas e mitos derivados da relação entre a cidade e a Companhia de Terras. Não podemos deixar de citar a ampliação de materiais utilizados como fonte para este fim, um *novo corpus*, com grande poder de impregnação ideológica, folhetins, jornais, arquivos sonoros, iconográficos e filmográficos.

Raoul Girardet, segundo Winock, demonstrou o quanto às ideias tinham pouca influência em comparação com os mitos.

Winock afirma então, que resta ao historiador, a síntese: “*levar em consideração todas as abordagens e todas as descobertas com as quais as ciências limítrofes alimentaram o conhecimento dos discursos, dos signos e dos símbolos políticos*”.

Acredita-se que o papel de difusor do mito da “bela época” mandaguariense esteja intimamente ligado a memória coletiva do povo em questão. Como cita Maurice Halbwachs, algo que acredita-se ser uma memória individual, mas que na verdade se constituiu como uma opinião baseada no depoimento dos outros.

Ainda segundo Halbwachs, às imagens que são impostas pelo meio modificam a impressão que se possa ter de um fato, “*para algumas lembranças reais junta-se assim uma massa compacta de lembranças fictícias*”. Em uma mesma sociedade existem noções comuns a um indivíduo e ao resto dos integrantes e essas são incessantemente transmitidas, ou seja, isso é possível por ser um ente social. Assim as lembranças podem ser construídas.

CONCLUSÃO

É importante considerar que a linha de pesquisa escolhida: *Política e Movimentos Sociais* é a mais adequada para o objeto de pesquisa deste projeto. Tendo em vista que o estudo que será empreendido lidará com debates em torno de História Política Regional, importantes movimentos políticos que envolvem a cidade de Mandaguari, os litígios ocorridos a partir destes, e as relações destes acontecimentos nas dimensões da vida coletiva.

Dentro da História Política Regional, o Norte do Paraná é tema recorrente em muitas pesquisas acadêmicas, da mesma forma a cidade de Maringá e sua história. Ruy Christovam Wachowicz, em sua Tese de Doutorado, “Norte do Paraná: História e Fantasmagorias” (1997), discorre sobre “silêncios” em alguns fenômenos,



especificamente sobre um conjunto de ideias e imagens construídas pela historiografia dominante que não dão margem à críticas. Há ainda outro grupo de “silêncios”, aquele que envolve certa cumplicidade, sendo interiorizado e compartilhado pela sociedade por meio do ensino, repetição ou até mesmo o medo da repressão, segundo Tomazi.

Apropriando-se em partes desta discussão, acredita-se que existe um “silêncio” que merece ser desvendado sobre a visão mandaguariense sobre o processo de desmembramento e todos os litígios advindos desta relação com a Companhia Melhoramentos, mesmo porque, ainda existe uma carência acadêmica com relação ao tema. Trazer à tona algumas dessas vozes, é um trabalho político significativo. Pretende-se abordar aspectos que não seriam percebidos em um contexto maior, é uma nova ótica sobre o tema.

O trabalho ainda está em andamento, sendo assim as conclusões são parciais, mas caminham para desconstruir o mito vigente na cidade.

REFERÊNCIAS

BIANCHINI, Nair. M; FONTES, Elizabeth. A. Cinquentenário **de Mandaguari: Mandaguari e sua História**. Maringá: Clichetec, 1987.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias Políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão, et all. 2º Ed. Campinas: UNICAMP, 1992.

REGO, L. Renato. **As Cidades Plantadas: os britânicos e a construção da paisagem do norte do Paraná**. Londrina: Humanidades, 2009.

SILVA, F. A. José. **Mandaguari, Sua História, Sua Gente**. Maringá: J. A. Editora, 1982.

TOMAZI, Nelson Dacio. *Construções e silêncios sobre a (re)ocupação da região norte do estado do Paraná*. In: DIAS, Reginaldo Benedito; ROLLO GONÇALVES, José Henrique (orgs). **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: EDUEM, 1999.

TOMAZI, Nelson Dacio. **“Norte do Paraná”: História e Fantasmagorias**. Curitiba, Tese de Doutorado, UFPR, 1997.

WINOCK, Michel. *As ideias políticas*. In RÉMOND, René. (org.) **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, Fundação Getulio Vargas. 1996, p. 271-294.